

VOL IV

EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL IV

EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

2021 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof ^ª Dr ^ª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadora	Prof. ^ª Dr. ^ª Paula Arcoverde Cavalcanti
Imagem da Capa	Daniel Collier / 123RF
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^ª Dr.^ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^ª Dr.^ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^ª Dr.^ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^ª Dr.^ª Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^ª Dr.^ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^ª Dr.^ª Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^ª Dr.^ª Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^ª Dr.^ª Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^ª Dr.^ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, *Universidade de São Paulo*
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, *Universidade Federal de Roraima*
Prof.^ª Dr.^ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México*
Prof.^ª Dr.^ª Emilias Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*



Prof.^ª Dr.^ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^ª Dr.^ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^ª Dr.^ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^ª Dr.^ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^ª Dr.^ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^ª Dr.^ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.^ª Dr.^ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.^ª Dr.^ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^ª Dr.^ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.^ª Dr.^ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.^ª Dr.^ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.^ª Dr.^ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.^ª Dr.^ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.^ª Dr.^ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^ª Dr.^ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.^ª Dr.^ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.^ª Dr.^ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.^ª Dr.^ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.^ª Dr.^ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense



Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasiléviski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [livro eletrônico]: teorias, métodos e perspectivas: vol. IV /
Organizadora Paula Arcoverde Cavalcanti. – Curitiba, PR: Artemis,
2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87396-47-7

DOI 10.37572/EdArt_161221477

1. Educação. 2. Ensino – Metodologia. 3. Prática de ensino.
I. Cavalcanti, Paula Arcoverde.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O Livro “**Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas**” é composto de trabalhos que possibilitam uma visão de fenômenos educacionais que abarcam questões relacionadas às teorias, aos métodos, às práticas, à formação docente e de profissionais de diversas áreas do conhecimento, bem como, perspectivas que possibilitam ao leitor um elevado nível de análise.

Sabemos que as teorias e os métodos que fundamentam o processo educativo não são neutros. A educação, enquanto ação política, tem um corpo de conhecimentos e, o processo formativo dependerá da posição assumida, podendo ser incluyente ou excluyente.

Nesse sentido, o atual contexto – econômico, social, político – aponta para a necessidade de pensarmos cada vez mais sobre a educação a partir de perspectivas teóricas e metodológicas que apontem para caminhos com dimensões e proposições alternativas e incluyentes.

O **Volume IV** reúne 27 trabalhos que apresentam diversas análises acerca de métodos, práticas pedagógicas e educativas, a partir da visão da educação como uma via de aprimoramento integral de todas as dimensões humanas. Nele se destaca a ideia dos sujeitos que constroem o conhecimento e, atividades e instrumentos pedagógicos no processo da aprendizagem. Deste modo, possibilita ao leitor perspectivas educativas dentro de realidades diversas.

A educação, entendida como um processo amplo que envolve várias dimensões, precisa ser (re)pensada, (re)analizada, (re)dimensionada, (re) direcionada.

Espero que façam uma boa leitura!

Paula Arcoverde Cavalcanti

SUMÁRIO

MÉTODOS, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 1.....1

A MEDICALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS COGNITIVAS DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Leonardo Crevelário de Souza Carvalho

Orly Zucatto Mantovani de Assis

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214771

CAPÍTULO 2..... 15

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA ATRAVÉS DO PROGRAMA WASH NO BRASIL

Elaine da Silva Tozzi

Ana Carolina de Deus Soares

Denise Vieira Pereira

Gisele Miozzo Fink

Gabriel Ferreira Baptistine

Fernando Accorsi

Ana Paula Rodrigues

Michel Alencar Morandi

Paulo Sergio Camargo Filho

Victor Pellegrini Mammana

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214772


CAPÍTULO 3.....24

AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM REDE À LUZ DOS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO: UMA UTOPIA GLOBAL?

Teresa Margarida Loureiro Cardoso

Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho

Magda Sofia Castrelas Duarte

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214773

CAPÍTULO 4.....37

BRECHAS Y PATRONES PREDOMINANTES DE DISTRIBUCIÓN DE LIDERAZGO EN DOS MUESTRAS INCIDENTALS DE ESCUELAS Y LICEOS EN CHILE

Oscar Maureira Cabrera

Luis Ahumada Figueroa

Carlos Ascencio Garrido

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214774

CAPÍTULO 5..... 53

BUENAS PRÁCTICAS. LA SUPERACIÓN PERMANENTE Y LA INNOVACIÓN EDUCATIVA EN EL TERCER PERFECCIONAMIENTO EDUCACIONAL

Madeline Reynosa Yero


Enaidy Reynosa Navarro

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214775

CAPÍTULO 6.....70

CAMBIOS URGENTES Y NECESARIOS EN LA EDUCACIÓN DEL SIGLO XXI: EL APRENDIZAJE AUTÓNOMO UN CASO DE ÉXITO DESDE LA VERTIENTE DEL MARKETING

Pablo Muñoz Viquillón

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214776

CAPÍTULO 7 86

CANDIDO JOSÉ DE ARAÚJO VIANA, O MARQUÊS DE SAPUCAÍ: POLÍTICO E MESTRE DA CASA IMPERIAL DO BRASIL

Jaqueline Vieira de Aguiar

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214777

CAPÍTULO 8..... 98

COMPREENSÕES E ANÁLISES DERIVADAS E INTEGRADAS ATRAVÉS DE UMA FILOSOFIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Luiz Carlos Leal Junior

Lourdes de la Rosa Onuchic

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214778

CAPÍTULO 9..... 120

CONDUCTAS DE ACOSO EN LA UNIVERSIDAD. PERCEPCIÓN DEL PROFESORADO

María Paula Ríos de Deus

Laura Rego Agraso

María Luisa Rodicio García

María José Mosquera González

María Penado Abilleira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1612214779

CAPÍTULO 10.....129

“CONVERSAS SOBRE O RIO”: PROPONDO LAÇOS ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ENSINO MÉDIO

Valter Luiz de Macedo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147710

CAPÍTULO 11.....138

DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS NO ENEM: UMA ABORDAGEM USANDO MINERAÇÃO DE DADOS

Raphael Magalhães Hoed

Pedro Fábio Saraiva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147711

CAPÍTULO 12.....153

DESENVOLVIMENTO DE JOGO PARA A APRENDIZAGEM DAS OPERAÇÕES MATEMÁTICAS E ANÁLISE DO MESMO

André Filipe Cardoso Aparício

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147712

CAPÍTULO 13.....171

EDUCANDO DESDE LA REALIDAD

Celenis Antonia Cordoba Mena

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147713

CAPÍTULO 14.....182

EFFECTOS SOBRE EL CLIMA SOCIAL DE AULA EN ALUMNADO UNIVERSITARIO TRAS LA IMPLEMENTACIÓN DE UN PROGRAMA BASADO EN LA PEDAGOGÍA DE LA AVENTURA

Pablo Caballero-Blanco

Lidia Salas-Litago

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147714

CAPÍTULO 15..... 194

EL LIDERAZGO DIRECTIVO Y DOCENTE COMO ESTRATEGIA DE INCLUSIÓN EDUCATIVA

Mia Giovanna Simental Aldaba

Patricia Illoldi Rangel

María del Pilar Valdés Ramírez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147715

CAPÍTULO 16.....214

IMPLEMENTACIÓN DE ACTIVIDADES LÚDICAS, PARA LA ADQUISICIÓN DE LA LECTOESCRITURA EN LA ASIGNATURA DE ESPAÑOL

Oscar de Loera Díaz

Roberto Romo Marín

Lluvia Ofelia Palomino Robledo

Juana Araceli Marín Cardona

Erika Yadira Medina Burgos

José Santos Torres Garibay

Juan José Palacios Arellano

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147716

CAPÍTULO 17221

“LA EDUCACIÓN ARTÍSTICA RECURSO PARA EL DESARROLLO DE LA CREATIVIDAD, EL ARTE Y LA CULTURA”

Antonia Acevedo Tinoco

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147717

CAPÍTULO 18.....230

LA METAMORFOSIS DE LA INCLUSIÓN (EQUIDAD Y DIVERSIDAD) EDUCATIVA Y LITERARIA EN BALÚN CANÁN DE ROSARIO CASTELLANOS

Juan Antonio Serna

Leticia Serna Niño

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147718

CAPÍTULO 19.....241

O PRECEPTOR NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: REALIDADE E DESAFIOS

Noeli Maria Alves dos Santos Hack

Marcio José de Almeida

Rosiane Guetter Mello

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147719

CAPÍTULO 20254

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE GURUPI
SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Donizeth Alves Silva Junior
Lorrane Monteiro Guimarães
Vinicius Lopes Marinho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147720

CAPÍTULO 21262

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA SOBRE O USO DA
PROBLEMATIZAÇÃO COMO METODOLOGIA ATIVA NO INTERNATO EM SAÚDE
PÚBLICA

Marcelo Rodrigo Caporal
Rogério Saad Vaz
Anna Paula Semêniuk

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147721

CAPÍTULO 22278

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE GURUPI
FRENTE AO ATENDIMENTO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Murilo Marques Almeida Santana
Polliana Teixeira Soares
Vinicius Lopes Marinho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147722

CAPÍTULO 23286

PROYECCION CIENTIFICA DE LA UNIVERSIDAD KATYAVALA BWILA – ANGOLA,
ANTE LOS RETOS ACTUALES DE LA REGION


Albano Vicente Lopes Ferreira
Alberto Domingos Jacinto Quitumbo
Ángel Vega García

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147723

CAPÍTULO 24299

REDES DE INVESTIGACIÓN PARA LA CONSTRUCCIÓN CONJUNTA DE
CONOCIMIENTO: EL CASO DE REUNI+D

Ana García-Valcárcel Muñoz-Repiso
Verónica Basilotta Gómez-Pablos


 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147724

CAPÍTULO 25 311

RELACIÓN DEL HISTORIAL DE BACHILLERATO Y DIAGNÓSTICO DE ESPAÑOL CON EL DESEMPEÑO: GENERACIÓN 2017 PSICOLOGÍA

Irma Rosa Alvarado Guerrero

María Luisa Cepeda Islas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147725

CAPÍTULO 26 320

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO: ANTECEDENTES, AVANÇOS E LIMITES DA LEI 10.639

Luiz Antonio Dias

Anna Luiza Bittencourt Dias

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147726

CAPÍTULO 27 329

STUDENT ASSESSMENT AND EVALUATION IN ENGINEERING EDUCATION: THEORY AND PRACTICE

N. P. Subheesh

 https://doi.org/10.37572/EdArt_16122147727

SOBRE A ORGANIZADORA 339

ÍNDICE REMISSIVO 340

CAPÍTULO 26

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO: ANTECEDENTES, AVANÇOS E LIMITES DA LEI 10.639

Data de submissão: 09/09/2021

Data de aceite: 26/09/2021

Luiz Antonio Dias

Doutor em História Social (UNESP-Assis)
Professor do PEPG em História da PUCSP
Professor do Mestrado Interdisciplinar em
Ciências Humanas UNISA
<http://lattes.cnpq.br/1974637581180796>

Anna Luiza Bittencourt Dias

Graduanda em Direito
Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo
<http://lattes.cnpq.br/3477841961772846>

RESUMO: O objetivo desse texto é discutir a Lei nº 10.639, que estabeleceu a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” na educação básica. Pretendemos apontar as transformações na educação no Brasil, na década de 1990, que contribuíram para o debate das relações étnico raciais nas escolas, discutir a importância dessa lei e suas dificuldades de implementação, além disso, promovemos uma breve discussão sobre os avanços da historiografia brasileira, a partir da década de 1980, sobre a questão negra, que deu base às novas propostas educacionais sobre a questão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Direito. Etnico Racial. Lei 10.639.

ETHNICAL-RACIAL RELATIONSHIPS IN EDUCATION: BACKGROUND, DEVELOPMENT AND LIMITS OF THE 10.639 LAW

ABSTRACT: The main goal in this paper is the discussion of the 10.639 law, that established in Brazilian basic education would be mandatory the study of “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.” We intend to point at the Brazilian education transformations through the 1990s that contributed to the Ethnical-racial debate, also the importance of this law and how hard it was to implement. In addition, we also promote a debate about the advances in Brazilian historiography from the 1980s onwards, regarding the black question, which gave foundation to the new educational proposal about the issue.

KEYWORDS: Education. Law. Ethnical-racial. Law. 10.639.

1 INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, a transmissão de conhecimentos sempre foi feita de geração em geração para assegurar a nossa existência e a sobrevivência de nossa espécie. O currículo escolar é uma forma de organização dos conhecimentos e assume um papel de extrema relevância para a sociedade.

A história mostra, no seu percurso, a importância de transmitir conhecimentos de uma geração a outra, como garantia de nossa sobrevivência enquanto espécie. [...] nesse sentido, é que o conceito de currículo, como forma de organização do conhecimento escolar, surge como importante na reflexão sobre o papel social da escola. [...] o currículo não é um elemento neutro [...] na transmissão de conteúdos do conhecimento social. Ele esteve sempre imbricado em relações políticas de poder e controle social [...] ao transmitir visões de mundo particulares, reproduz valores que irão participar da formação de identidades individuais e sociais e, portanto, de sujeitos sociais (LOPES, 2006, p. 16).

A escolha do tema que trabalhamos nas salas, a escolha da forma como apresentamos os processos históricos, os referenciais historiográficos são sempre caminhos que passam por nossa formação, nossas ideias, nossas crenças.

Essas opções não são, necessariamente, livres de impedimentos. Devemos levar em consideração a formação dos professores, a falta de um aprofundamento do debate historiográfico nos cursos de graduação, o desconhecimento de outros modelos explicativos e assim por diante.

A situação das questões étnico raciais – e discussão da própria lei 10.639 – passou por longos debates, sobretudo a partir da década de 1980, ocorridos no seio da sociedade civil brasileira. Existe a percepção de que somente com a obrigatoriedade desse tema, nas salas de aula, será possível superar o preconceito e discriminação racial tão presentes, apesar de negados, na sociedade brasileira contemporânea.

Em um país como o Brasil, com forte miscigenação, é fundamental pensarmos as contribuições culturais e a importância de seus vários elementos. Também devemos levar em conta a existência de uma sociedade marcada pela desigualdade social, mas que apresenta, igualmente, fortes traços de desigualdade racial. A intenção desse texto é promover o debate sobre problemas, do passado, que continuam presentes na contemporaneidade.

2 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

A utilização do escravo negro no Brasil ocorreu em função da falta de braços livres em Portugal e da impossibilidade de o colono europeu sujeitar-se, na América, ao trabalho assalariado. Além disso, Portugal possuía estrutura, na África, para fornecer os escravos necessários e integrar os mercados coloniais, dessa forma, a escravidão e o tráfico negreiro tornaram-se negócios extremamente lucrativos para Portugal e para os comerciantes.

Tornou-se, também, uma marca histórica de êxodo involuntário. Mais de 10 milhões de indivíduos arrancados de seus lares, de suas famílias, de sua terra e enviados para o continente americano. Para o Brasil, estima-se algo em torno de 5 milhões de negros em 300 anos de tráfico negreiro.

A Lei Eusébio de Queirós - Lei nº 581 (BRASIL, 1850) - colocou fim legal ao tráfico atlântico para o Brasil, no entanto, a escravidão mantida até 1888 continuou a produzir histórias de violência. Cerca de 200 mil negros escravizados foram transferidos, entre 1850 e 1888, do nordeste açucareiro para as lavouras de café, em especial para o oeste paulista.

Uma nova produção historiográfica, sobretudo a partir do final dos anos 1980 - Célia Marinho Azevedo (1987), Sydney Chalhoub (1990), João José Reis (1989), dentre outros - mostraram a forte participação dos negros no processo de abolição, pressionando através de atitudes cotidianas (fugas, rebeliões, assassinatos) as elites que, pressionadas, optaram por uma saída honrosa: a concessão da liberdade.

Com o fortalecimento desse modelo explicativo, a afirmação – muito comum nos livros didáticos – de que os negros receberam um impulso inicial da elite branca e abolicionista para se rebelarem e fugirem (na década de 1880), começou a ser questionado. A historiografia mais tradicional – muito forte desde a década de 1950, influenciada pelos estudos da Escola Sociológica Paulista - que deu base à grande parte dos livros didáticos no Brasil, não percebia ou valorizava as várias formas e possibilidades de resistência (vistas como desordem). Talvez esse seja o grande mérito dessa nova historiografia: apresentar o negro como um sujeito histórico e mostrar suas resistências cotidianas. Essa nova abordagem foi muito importante no modelo de discussão histórica pensado na década de 1990 e contribuiu para as discussões em torno da Lei nº 10.639.

Para contextualizar esse momento, é necessário um pequeno recuo para compreender o debate existente.

O processo de redemocratização, ao longo da década de 1980 e, sobretudo a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, possibilitou a ampliação do debate sobre a necessidade de promover mudanças no país com o objetivo de reduzir a forte desigualdade racial existente, bem como criar mecanismos para coibir atos de racismo e preconceito racial, extremamente comum em nossa sociedade.

Assim, devemos destacar o Artigo 3º, inciso quarto, que afirma a necessidade de “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Outro ponto importante da Constituição de 1988 é o Artigo 5º, inciso quarenta e dois, onde indica que a “[...] a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988).

As normas presentes na Constituição, segundo José Afonso da Silva (2013), se dividem em três categorias considerando a eficácia: plena, contida e limitada.

As normas de eficácia plena tem poder para produzir todos os efeitos necessários e desejados a partir de sua publicação na Constituição. Tendo aplicabilidade imediata, não precisam de uma lei suplementar para funcionar.

De forma similar, as de eficácia contida também possuem a eficácia plena, mas podem apresentar alguma limitação que precise de lei complementar. Via de regra, a maneira mais fácil de identificar essas normas na Constituição é buscar na redação “que a lei estabelecer”, caso não exista lei sua eficácia é plena e sua aplicação é imediata. Segundo José Afonso da Silva são:

São aquelas em que o legislador Constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou a margem à atuação restrita por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos gerais nelas enunciado. (SILVA, 2013, p. 116)

Por fim, a norma de eficácia limitada é aquela que sem lei complementar não atinge os objetivos desejados, não tendo poder para resultar no efeito imediato. Dentro das normas de eficácia limitada, temos a programáticas, que interferem na vida privada do povo, nesse sentido, são as normas que regulam a conduta social, agindo para impedir desigualdades, alcançar os direitos humanos e, o mais importante para esse trabalho, evitar a discriminação. Nesse contexto, a Lei Caó (nº 7.716/89) é imprescindível para regulamentar a norma de eficácia limitada da Constituição Federal que prevê:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Lei Caó proporcionou a eficácia da norma constitucional e representa um avanço do ponto de vista legal, assim, apesar da dificuldade em avançarmos, na prática, na punição dos crimes de racismo, não podemos deixar de indicar o avanço legal que tem ocorrido nas últimas décadas no Brasil.

É imprescindível o entendimento do que é racismo e a sua diferenciação com a injúria racial, inclusive porque o tamanho das penas varia. A injúria, que está tipificada no Código Penal pelo artigo 140, é o ato de ofender a honra subjetiva ferindo a dignidade, no caso da injúria racial, temos elementos referentes a raça e cor.

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. [...]
§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:
Pena - reclusão de um a três anos e multa.

Além disso, o crime de injúria racial é prescritível, tendo o prazo de 8 anos, e depende da iniciativa do ofendido para dar início ao processo, uma vez que fere a honra subjetiva.

Por outro lado, o crime de racismo é algo mais grave, ao invés de ofender a parte subjetiva de um indivíduo, como a honra, ofende todo um grupo diretamente ou fere a parte objetiva. No caso de racismo, temos uma lei própria que o define, a citada Lei Caó (nº 7.716/89), que prevê sanções e classifica o que é considerado como preconceito ou discriminação. Como o crime de racismo ofende a todo um grupo, ele não depende da iniciativa de um só indivíduo, além disso, segundo o Código do Processo Penal, é um crime inafiançável.

Existe uma dificuldade por parte do sistema na interpretação, sobre o que é a honra subjetiva e o que é o ataque contra um grupo, desta forma temos brechas no ordenamento jurídico que resultam em dezenas de condenações por injúria – com penas mais brandas – quando na realidade o que aconteceu foi o crime de racismo.

No aspecto cultural, a Constituição também determina, por exemplo, em seu Artigo 215, parágrafo 1, que: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988).

Na educação, o grande avanço ocorreu em 1996, com a promulgação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) – que também apresentou, como um de seus elementos, a valorização da diversidade. No Artigo 26, parágrafo 4, determina que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. (BRASIL, 1996).

Ainda no âmbito educacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - PCN do ensino fundamental (Brasil, 1997 e 1998) e do Ensino Médio PCNEM (Brasil, 2000) e PCN+ (Brasil, 2002) - avançaram nesse debate ao proporem para a educação básica novos temas e discussões com ênfase na diversidade, igualdade, direitos humanos, cidadania.

Os PCN+ - documento especial para o Ensino Médio, que se integra ao PCN do Ensino Médio - apresenta “Sugestões de organização de eixos temáticos em História” que apontam para a importância do debate sobre a diversidade e, sobretudo, sobre as formas de luta e resistência à opressão. O documento indica algumas possibilidades de organização programática, a partir de eixos temáticos que podem ser trabalhados durante um semestre, um ano ou se estender por mais tempo. No eixo temático “Cidadania: diferenças e desigualdades” sugere, por exemplo, no tema “Cidadania e Liberdade” os seguintes subtemas: “Rebeliões e resistências dos escravos no Brasil do século XIX” e “Movimentos negros no Brasil: contra a discriminação, por trabalho e educação” (BRASIL, 2002, p. 80), diretamente vinculados à essência da Lei 10.639 que viria na sequência, em 2003.

Um dos fundamentos da política da igualdade é a estética da sensibilidade. É desta que lança mão quando denuncia os estereótipos que alimentam as discriminações e quando, reconhecendo a diversidade, afirma que oportunidades iguais são necessárias, mas não suficientes, para oportunizar tratamento diferenciado visando a promover igualdade entre desiguais. (BRASIL, 2000, p. 65)

Apesar desses avanços, somente com a Lei 10.639/2003, teremos de forma clara e incisiva a necessidade e a obrigatoriedade da discussão étnico racial nas escolas, posteriormente, em 2008, podemos observar a ampliação do debate étnico, com a Lei 11.645/2008, que reforçou a questão indígena também.

Voltando à Lei 10639/03, ela alterou a Lei nº 9.394/1996 (LDB), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, através da incorporação do artigo 26-A e 79-B, que regulamentou a inclusão do dia 20 de novembro no calendário escolar, como “Dia Nacional da Consciência Negra”:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

Cabe destacar que essa lei é fruto de uma longa luta dos movimentos negros, em grande medida, representados nessa questão pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que produziu e encaminhou, em 2002, ao Conselho Nacional de Educação uma proposta para construção de uma comissão que cuidasse exclusivamente da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

No entanto, a luta não se encerrou com a aprovação da lei, em 2003, o caminho é longo e difícil, observamos que um ano após a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial - Lei Nº 12.288/2010 – (BRASIL, 2010), menos de 20% dos municípios brasileiros conseguiram implementar esses conteúdos (Cf. FOREQUE e MACHADO, 2011).

O Estatuto da Igualdade Racial indica, em seu artigo 1º, sua função: “[...] garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). No artigo 11, estabelece que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da

história geral da África e da história da população negra no Brasil [...]” (BRASIL, 2010), reforçando com isso o previsto na LDB e na Lei 10.639, objeto desse trabalho.

De fato, a aplicação, real e concreta da lei não é simples, existem dificuldades que passam pela falta de conhecimento dos conteúdos, pela não percepção dessa necessidade; pela ideia de autonomia do professor na sala de aula – nesse caso a imposição de mais um conteúdo ficaria restrito ao planejamento pedagógico; pelos preconceitos existentes na sociedade, da qual o professor faz parte, é um sujeito histórico; pela quantidade enorme de conteúdos que devem ser ministrados em poucas horas de aulas diárias, enfim, uma série de problemas estruturais e conjunturais.

A importância dessa lei não está restrita à “História e Cultura Afro-Brasileira”, ela pode contribuir para a valorização e respeito da diversidade, pode contribuir para a redução do racismo e do preconceito no Brasil, mas para que isso ocorra, de forma satisfatória, é necessário que os próprios professores compreendam a necessidade de valorização da identidade desse aluno, da sua cultura, da sua diferença, como forma de contribuir para sua cidadania e para sua autoestima, fundamentais para o processo de aprendizagem. Sem que o professor acredite nisso, o processo não se efetivará.

Mais do que apresentar a questão negra e indígena na formação histórica do Brasil, a intenção dessas ações é promover o debate, a conscientização dos alunos para problemas que continuam presentes na contemporaneidade.

Crianças humilhadas em sala de aula, discriminadas por sua cor, por seu cabelo, por suas crenças, apresentam dificuldade para escapar dessa “escravidão” do preconceito racial. Valorizar a diferença promovendo a igualdade não é uma tarefa fácil, mas é necessária.

Nesse ponto, entendemos que essa nova historiografia tem papel prático e importante, na medida em que ela – sem esconder a violência da escravidão – individualiza o negro, lhe dá humanidade, apresenta-o como sujeito da história.

Pensar políticas compensatórias é mais factível quando pensamos seres humanos e não números, entender e aceitar a necessidade de reparação é mais fácil quando isso envolve pessoas e não estatísticas.

Nossa sociedade marcada pela desigualdade social, também, apresenta uma grande desigualdade racial, ou seja, os afrodescendentes têm pouca participação nos estratos mais elevados da pirâmide social.

Os homens brancos - segundo dados do IBGE, de 2007 - ganham em média 40% mais do que negros ou pardos com a mesma faixa de escolaridade. Além disso, quase 70% dos analfabetos são negros. A mortalidade infantil entre brancos é 20,3 por mil, entre negros esse número sobe para 27,9.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço na aplicação, concreta e real, da Lei 10.639, pode contribuir para a discussão sobre essas desigualdades raciais e, conseqüentemente, para a eliminação, ou ao menos a redução desses índices que são alarmantes. O debate sobre o racismo e a superação desse problema no país, também passa pelo conhecimento e valorização do “outro”.

O Brasil moderno - e seus problemas e impasses - só pode ser entendido a partir da análise de sua formação, de sua herança colonial, do seu passado. Sociedade em (re) construção, povo em (re) construção, devemos pensar e discutir que futuro queremos. No presente, esse debate passa pela escola, pela educação, mas deve seguir adiante, em propostas, projetos e programas que, efetivamente, possam reduzir a desigualdade social e racial que hoje impera.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. **Lei n. 581**, de 04 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm . Acesso em 25 agosto de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Ensino Médio). Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+)**: Ciências Humanas e suas Tecnologias Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. **Lei n 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 12888, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm . Acesso em 25 de agosto de 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOREQUE Flávia; MACHADO Renato. Com 1 ano, Estatuto da Igualdade Racial ainda patina no país. **Folha de S. Paulo**, 11/12/2011, p. c14 e c15.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

LOPES, Ana Lúcia. Currículo, escola e relações étnico-raciais. In: MINISTÉRIO DA EDUCACAO. Universidade de Brasília. Centro de Educação à Distância. **Educação, Africanidades, Brasil**. Brasília, DF, 2006. P. 12-31.

PUCCINELLI JÚNIOR, André. **Curso de Direito Constitucional**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

Paula Arcoverde Cavalcanti - Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na graduação em Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Letras e na Pós-Graduação em Geografia e Desenvolvimento Territorial. Integra Grupo de Pesquisa - CNPq - Análise de Políticas de Inovação (GAPI), vinculado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Atuou como Coordenadora do Curso de Pedagogia (Campus XIII-UNEB), Coordenadora da Pós-Graduação Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional e Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Tem atuado profissionalmente na área Gestão Pública, Análise e Avaliação de Políticas Públicas e de Educação. Autora dos livros “Análise de políticas públicas: um estudo do Estado em ação” e “Gestão Estratégica Pública” e organizadora do Livro: “Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acoso laboral 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127

Alfabético 214, 215, 216, 218

Alfabetização 15, 16, 23, 31

Ambiente Virtual Aberto de Aprendizagem 24, 26

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 36, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 136, 137, 153, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 168, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 326

Aprendizaje autónomo 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84

Aprendizaje experiencial 182, 184, 191

Apriori 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 151, 152

Arte 68, 82, 92, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 296

Atendimentos 8, 278, 280, 281, 282, 283

C

Colaboración 41, 42, 57, 67, 188, 196, 197, 200, 210, 287, 291, 294, 297, 300, 301, 304, 305, 307, 308

Competencias 53, 62, 64, 68, 73, 74, 75, 76, 82, 84, 171, 179, 184, 185, 186, 188, 189, 193, 198, 199, 219, 224, 232, 292, 308, 318

Conflicto 75, 121, 238

Conocimiento 37, 39, 55, 56, 57, 59, 60, 68, 69, 73, 75, 79, 82, 171, 172, 179, 180, 195, 197, 215, 216, 217, 222, 227, 228, 234, 239, 290, 291, 293, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 314, 315, 317

Construtivismo 1, 13

Contexto 1, 3, 4, 7, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 49, 55, 56, 57, 63, 68, 74, 75, 76, 99, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 127, 129, 130, 131, 132, 135, 142, 155, 157, 171, 172, 177, 178, 179, 181, 183, 192, 198, 199, 201, 202, 204, 218, 219, 220, 221, 224, 228, 234, 238, 239, 242, 243, 252, 253, 261, 262, 265, 291, 297, 299, 304, 305, 312, 323

COVID-19 24, 25, 256, 280

Creatividad 53, 55, 58, 67, 68, 217, 220, 221, 222, 228, 308

Cultura 15, 18, 22, 27, 49, 54, 55, 56, 59, 61, 64, 76, 83, 84, 85, 99, 118, 119, 211, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 231, 239, 289, 291, 297, 298, 318, 320, 325, 326, 327

D

Desarrollo positivo 182

Desempeño escolar 41, 44, 311, 312, 318

Desenvolvimento cognitivo 1, 9, 12, 101

Dificuldade de aprendizagem 1

Direito 27, 89, 161, 285, 320, 328

Discurso do sujeito coletivo 263, 267, 268, 272, 277

Diversidad 54, 59, 63, 65, 68, 72, 195, 197, 199, 200, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 228, 230, 231, 232, 234, 236, 237, 240, 306

Docência universitária 171, 254, 309

E

Educação 1, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 86, 88, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 117, 118, 119, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 151, 152, 153, 156, 241, 242, 243, 245, 246, 252, 253, 255, 256, 261, 262, 264, 265, 276, 277, 279, 309, 320, 324, 325, 327, 328

Educação básica 16, 22, 136, 139, 141, 152, 320, 324

Educação de crianças 153

Educación 13, 39, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 96, 119, 120, 178, 180, 181, 182, 183, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 291, 293, 296, 299, 300, 301, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 315, 317, 318, 319

Educación al aire libre 182

Educación artística 221, 223, 225, 226, 227, 228

Educación especial 68, 195, 196, 197, 200, 201, 203, 206, 208, 211, 212, 232, 233

Educación literaria 231

Educación superior 73, 75, 83, 84, 85, 296, 311, 319,

ENEM 118, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152

Engineering Education 68, 329, 330, 333, 334, 335, 336, 337, 338

Ensino-aprendizagem 117, 118, 119, 136, 137, 241, 242, 243, 245, 248, 250, 251, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 272, 277

Ensino médio 22, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 150, 152, 324, 325, 327

Equidad 51, 59, 195, 196, 200, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 239, 310

Escolas 6, 8, 18, 19, 21, 22, 131, 138, 140, 141, 144, 148, 149, 150, 151, 169, 265, 276, 320, 325
Escuela 43, 45, 47, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 63, 64, 65, 66, 68, 73, 84, 85, 171, 172, 173, 179,
193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 209, 210, 211, 214, 217, 218, 230, 231, 233, 234,
237, 238, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319
Etnico Racial 320, 325
Evaluation 193, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338
Extensão universitária 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

F

Formación de docentes 195
Formación inicial 54, 182, 184, 185, 310
Formación permanente 53, 54, 55, 59, 62, 211, 300, 301

G

Gamificação 153, 155
Geografia 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 314
Gestión científica 286
Gestión del cambio 70, 74, 77, 79, 82, 84
Gestión del centro de enseñanza 37
Globalização 24, 25, 26, 27, 29, 33, 34

H

Historial de Bachillerato 311

I

Impacto universitario 286
Influencia social 37, 40
Iniciação científica 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 152
Innovación 38, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 67, 68, 69, 74, 84, 128, 194, 196, 198, 199,
210, 211, 286, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 297, 299, 300, 301, 302, 308, 310, 313, 319
Innovación educativa 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 67, 68, 69, 84, 128, 194, 210, 299, 301, 302,
308, 310
Internato médico 263, 265, 266
Investigación 50, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 70, 74, 76, 82, 84, 120, 121, 122, 126,
128, 171, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 194, 196, 199, 200, 202, 209, 210, 211, 212, 213,
233, 234, 239, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 301,

302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 318

Investigación científica 64, 286, 287, 288, 291, 293, 294, 295, 299, 301, 309, 310

J

Jogo didático 153

L

Learning by doing 70, 71, 73, 74, 79

LEI 10.639 320, 321, 324

Leitura 88, 94, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 130, 131, 140, 267

Liderazgo 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 61, 67, 128, 182, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 206, 207, 210, 211, 212

Lúdica 18, 166, 168, 214, 215, 216, 217, 220

M

Marketing 70, 71, 76, 79, 81, 82, 156

Marquês de Sapucaí 86, 87, 89, 92, 95, 96

Metodologia da Problematização com Arco de Maguerez 263

México 194, 195, 196, 197, 199, 200, 203, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 220, 221, 223, 225, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 298, 311, 312, 313, 314, 319

Mineração de dados 138, 139, 140, 143, 144, 151, 152

O

Odontologia 244, 254, 256, 261, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285

Oficina 16, 19, 20, 21, 126, 201, 240

Operações matemáticas 153, 155, 156, 158, 159, 162, 163, 168

P

Participación 37, 39, 45, 61, 67, 81, 122, 183, 195, 197, 201, 203, 204, 207, 210, 221, 224, 230, 234, 237, 239, 294, 297, 301, 302, 304

Percepção dos alunos 254, 256, 261, 263

Pessoas com deficiência 278, 280, 281, 283, 284

Pobreza 50, 171, 172, 174, 175, 180, 231, 237

Práctica pedagógica 60, 195

Preceptores 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 270

Preceptoria 241, 243, 244, 248, 249

Presilábico 214

Princesa Isabel 86, 93, 94, 97

Processo ensino-aprendizagem 137, 241, 242, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 277

Profesorado 54, 55, 59, 120, 121, 122, 210, 211, 308, 309, 310, 311

Programa WASH 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23

Psicopedagogia 1, 13, 99

Q

Quality Assurance in Engineering Education 329, 336

R

Realidade local 20, 129

Regional 84, 129, 130, 134, 240, 294

Residência multiprofissional em saúde 241, 242, 243, 253

Resolução de Problemas 32, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Rio de Janeiro 2, 83, 84, 86, 90, 94, 95, 96, 97, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 253, 261, 327

Rosario Castellanos 230, 231

S

Saúde pública 241, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 274, 276

Sentido 4, 8, 9, 11, 27, 29, 30, 40, 41, 42, 46, 49, 50, 56, 66, 67, 88, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 130, 131, 135, 136, 140, 141, 151, 156, 184, 186, 187, 188, 207, 216, 226, 227, 257, 259, 280, 281, 284, 288, 290, 292, 293, 297, 301, 321, 323

significado 71, 88, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 109, 110, 111, 116, 214, 215, 216, 318

Silábico 214, 215, 216

Silábico alfabético 214, 215

Student assessment 140, 329, 334, 335, 336, 337

Superación profesional 53, 55, 296, 297

T

Tecnología no ensino 153

Tecnologias 17, 24, 25, 26, 33, 35, 36, 140, 151, 153, 154, 156, 327

Trabajo en red 65, 66, 300, 303, 305

U

UNESCO 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 54, 71, 75, 83, 84, 85, 195, 212, 230, 231, 232, 239, 240

Universidad 37, 51, 52, 53, 63, 69, 70, 73, 83, 84, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 182, 183, 192, 194, 212, 229, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 317, 318, 319

Universitaria 70, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 171, 184, 244, 254, 255, 288, 296, 298, 299, 300, 301, 309, 310, 319

V

Vulnerable 172, 174, 178